

Demonstrações Financeiras

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021..... | 1 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS..... | 3 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS..... | 5 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES..... | 6 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 7 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 8 |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 9 |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL | 9 |
| 2. BASE DE PREPARAÇÃO..... | 10 |
| 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 14 |
| 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 15 |
| 5. CLIENTES..... | 16 |
| 6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL | 16 |
| 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL..... | 17 |
| 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO..... | 18 |
| 9. RECEITA..... | 19 |
| 10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS..... | 20 |
| 11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS..... | 20 |
| 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL..... | 21 |
| 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS..... | 22 |
| 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS | 23 |
| RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 26 |
| PARECER DO CONSELHO FISCAL..... | 29 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$132.166 mil em 2021, em comparação ao resultado de R\$56.255 mil em 2020, representando um aumento de 135%. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento da receita de prestação de serviços de intermediação de compra e venda de energia, devido a um acordo de terminação de contrato que gerou o recebimento antecipado de R\$153.970 em 2021.

Essa receita refere-se ao cumprimento, também antecipado, das obrigações do Contrato de Prestação de Serviços de Intermediação celebrado entre o cliente e a Companhia, referente ao período de junho/2021 a dezembro/2027, com a aplicação da taxa de desconto de 5,00% ao ano sobre o fluxo financeiro que originalmente seria recebido.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$17.861 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$150.027 mil antes dos efeitos fiscais, representando 11,91% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$7.715 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$63.970 mil antes dos efeitos fiscais, representando 12,06% do lucro antes da tributação

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$148.641 mil (R\$62.872 mil em 2020) e a Margem do LAJIDA foi de 99,85% no mesmo período (99,59% no exercício de 2020), conforme demonstrado a seguir:

| R\$ mil | 2021 | 2020 | Var. % |
|----------------------|----------------|---------------|---------------|
| Resultado Líquido | 132.166 | 56.255 | 134,94 |
| Amortização | 6 | 5 | - |
| Despesa de IR e CS | 17.861 | 7.715 | 131,51 |
| Resultado Financeiro | (1.392) | (1.103) | 26,20 |
| LAJIDA | <u>148.641</u> | <u>62.872</u> | <u>136,42</u> |

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao Resultado do exercício de 2021, no montante de R\$132.166 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$125.000 mil de dividendos intermediários pagos; e
- R\$7.166 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|------|--------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixas | 3 | 426 | 15.768 |
| Títulos e Valores mobiliários | 4 | 5.926 | 30.637 |
| Clientes | 5 | 335 | 5.735 |
| Tributos compensáveis | | 22 | 12 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 6.709 | 52.152 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Títulos e Valores mobiliários | 4 | 1.219 | 6.889 |
| Direito de Uso | 6 | 154 | 145 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 1.373 | 7.034 |
| ATIVO TOTAL | | 8.082 | 59.186 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

| | Nota | 2021 | 2020 |
|--|------|--------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | | 36 | 45 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | 3 | 304 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 7a | 29 | 1.658 |
| Dividendos a pagar | 8 | - | 28.128 |
| Transações com Partes Relacionadas | 13 | 18 | 18 |
| Passivo de Arrendamento | 6 | 20 | 18 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 106 | 30.171 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 7b | 83 | 173 |
| Passivo de Arrendamento | 6 | 143 | 131 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 226 | 304 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 322 | 30.475 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | 8 | 486 | 486 |
| Reserva de Lucros | | 7.264 | 28.225 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 7.750 | 28.711 |
| PASSIVO TOTAL | | 8.082 | 59.186 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|------|----------|---------|
| RECEITA LÍQUIDA | 9 | 148.869 | 63.133 |
| CUSTOS OPERACIONAIS | 10 | | |
| Pessoal | | (95) | (122) |
| DESPESAS OPERACIONAIS | 10 | | |
| Amortização | | (6) | (5) |
| Serviços de Terceiros | 10a | (111) | (133) |
| Gastos Diversos | | (22) | (6) |
| | | (139) | (144) |
| Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro | | 148.635 | 62.867 |
| Receita Financeira | 11 | 1.511 | 1.121 |
| Despesa Financeira | 11 | (119) | (18) |
| | | 1.392 | 1.103 |
| Resultado Antes dos Impostos | | 150.027 | 63.970 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente | 12 | (17.951) | (7.602) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 12 | 90 | (113) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | | 132.166 | 56.255 |
| RESULTADO POR AÇÃO – R\$ | | 271,95 | 115,75 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------------|---------|--------|
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 132.166 | 56.255 |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 132.166 | 56.255 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

| | Capital Social | Reserva de Lucros | | Lucros (Prejuízos) Acumulados | Total |
|---|----------------|-------------------|-------------------|----------------------------------|-----------|
| | | Reserva Legal | Retenção de Lucro | | |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 486 | 98 | 27.541 | - | 28.125 |
| Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2019 (R\$56,67 por ação) | - | - | (27.541) | - | (27.541) |
| Destinação do lucro proposta à AGO | | | | | |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 56.255 | 56.255 |
| Dividendos Estatutários (R\$57,88 por ação) | - | - | - | (28.128) | (28.128) |
| Dividendos Adicionais (R\$57,87 por ação) | - | - | 28.127 | (28.127) | - |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 486 | 98 | 28.127 | - | 28.711 |
| Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$57,87 por ação) | - | - | (28.127) | - | (28.127) |
| Dividendos intermediários (R\$257,20 por ação) | | | | (125.000) | (125.000) |
| Destinação do lucro proposta à AGO | | | | | |
| Resultado do Exercício | - | - | - | 132.166 | 132.166 |
| Dividendos Adicionais (R\$14,71 por ação) | - | - | 7.166 | (7.166) | - |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 486 | 98 | 7.166 | - | 7.750 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|------------------|-----------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Resultado do Exercício | 132.166 | 56.255 |
| Ajustes por: | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido | (90) | 113 |
| Juros Passivo de Arrendamento | 19 | 15 |
| Amortização | 6 | 5 |
| | <u>132.101</u> | <u>56.388</u> |
| (Aumento) Redução de Ativos | | |
| Clientes | 5.400 | (139) |
| Tributos Compensáveis | (10) | |
| | <u>5.390</u> | <u>(139)</u> |
| Aumento (Redução) de Passivos | | |
| Fornecedores | (9) | 2 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | (301) | 204 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 15.182 | 6.290 |
| Salários e contribuições | - | (4) |
| Transações com Partes Relacionadas | - | (11) |
| Outros | - | (1) |
| | <u>14.872</u> | <u>6.480</u> |
| Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais | 152.363 | 62.729 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (16.811) | (6.072) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | <u>135.552</u> | <u>56.657</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | 30.381 | (14.659) |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | <u>30.381</u> | <u>(14.659)</u> |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Dividendos pagos | (181.255) | (27.679) |
| Arrendamentos pagos | (20) | (16) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | <u>(181.275)</u> | <u>(27.695)</u> |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | <u>(15.342)</u> | <u>14.303</u> |
| Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3) | 15.768 | 1.465 |
| Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3) | 426 | 15.768 |
| | <u>(15.342)</u> | <u>14.303</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE"), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

Covid-19

Contexto geral

Desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Em 2021, os desafios e alertas quanto ao desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia foram mantidos e as ações críticas de preparação, prontidão, precisão, confiabilidade e resposta para o Covid-19, avaliadas e implementadas.

Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, desde a criação, em 23 de março de 2020, do Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que se tornou mais abrangente, complexo e sistêmico.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando medidas, conforme autorização legal, dando atenção especial a eventos ligados à continuidade dos negócios.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos relevantes na situação patrimonial da Companhia em 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 9 – Receita (Não faturada);

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fornecedores e passivo de arrendamento.

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor do serviço prestado, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da interveniência da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|------------|---------------|
| Bancos Conta Movimento | 41 | 50 |
| Certificado de Depósitos Bancários | 104 | 14.153 |
| Overnight | 281 | 1.565 |
| | <u>426</u> | <u>15.768</u> |

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 99% em 31 de dezembro de 2021 (variou entre 65% e 99% em 2020), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 8,87% e 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 2020), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|-------|--------|
| Aplicações Financeiras | | |
| Circulante | | |
| Certificados de Depósitos Bancários | 347 | 4.980 |
| Letras Financeiras - Bancos | 4.894 | 18.931 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 616 | 6.672 |
| Debêntures | 69 | 54 |
| | 5.926 | 30.637 |
| Não Circulante | | |
| Letras Financeiras - Bancos | 1.202 | 6.663 |
| Debêntures | 17 | 226 |
| | 1.219 | 6.889 |
| | 7.145 | 37.526 |

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 107,24% em 31 de dezembro de 2021 (variou entre 106% e 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxas de remuneração que variaram entre 105% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2021 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2020).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

5. CLIENTES

| | Saldos a vencer | Total | |
|----------|-----------------|-------|-------|
| | Não Faturado | 2021 | 2020 |
| Clientes | 335 | 335 | 5.735 |
| Total | 335 | 335 | 5.735 |

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

As taxas de desconto foram obtidas tendo como referência a taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig.

| Taxa incremental aplicada | Taxa anual (%) | Taxa mensal (%) |
|---------------------------|----------------|-----------------|
| Adoção inicial | | |
| De 6 a 20 anos | 13,17 | 1,04 |

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

| | Imóveis | Total |
|----------------------------------|---------|-------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | - | - |
| Adição | 146 | 146 |
| Remensuração | 4 | 4 |
| Amortização | (5) | (5) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 145 | 145 |
| Amortização | (6) | (6) |
| Remensuração | 15 | 15 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 154 | 154 |

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

| | |
|----------------------------------|------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | - |
| Adição | 146 |
| Remensuração | 4 |
| Juros incorridos | 15 |
| Arrendamentos pagos | (16) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 149 |
| Juros incorridos | 19 |
| Arrendamentos pagos | (19) |
| Juros sobre arrendamentos pagos | (1) |
| Remensuração | 15 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 163 |
| Passivo circulante | 20 |
| Passivo não circulante | 143 |

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 14.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

| | 2021 | 2020 |
|---------------------|------|-------|
| Circulante | | |
| Contribuição Social | 29 | 548 |
| Imposto de Renda | - | 1.110 |
| Total | 29 | 1.658 |

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------|-----------|------------|
| Não Circulante | | |
| Contribuição Social diferido | 22 | 46 |
| Imposto de Renda diferido | 61 | 127 |
| Total | 83 | 173 |

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$486, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

| Reservas de Lucros | 2021 | 2020 |
|---|--------------|---------------|
| Reserva Legal | 98 | 98 |
| Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais | 7.166 | 28.127 |
| | 7.264 | 28.225 |

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$7.166 em 2021, referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|---------------|
| Resultado do Exercício | 132.166 | 56.255 |
| Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios | 66.083 | 28.128 |
| Dividendos Propostos | | |
| Dividendos intermediários pagos | 125.000 | |
| Dividendos Obrigatórios | - | 28.128 |
| Dividendos Adicionais referentes ao exercício | 7.166 | 28.127 |
| Total dos dividendos propostos | <u>132.166</u> | <u>56.255</u> |

Destinação do Resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022, que, ao Resultado do exercício de 2021, no montante de R\$132.166, seja dada a seguinte destinação:

- R\$125.000 de dividendos intermediários pagos; e
- R\$7.166 para pagamento de dividendos adicionais.

9. RECEITA

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| Prestação de Serviço | 165.056 | 67.488 |
| Prestação de Serviços Não Faturados | (5.400) | 138 |
| Deduções à Receita Operacional (a) | (10.787) | (4.493) |
| Receita Operacional Líquida | <u>148.869</u> | <u>63.133</u> |

a) Deduções à Receita Operacional

| | 2021 | 2020 |
|-----------|-----------------|----------------|
| COFINS | (4.793) | (2.028) |
| PIS-PASEP | (1.039) | (440) |
| ISSQN | (4.955) | (2.025) |
| Total | <u>(10.787)</u> | <u>(4.493)</u> |

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Pessoal | 95 | 122 |
| Serviços de Terceiros (a) | 111 | 133 |
| Depreciação e Amortização | 6 | 5 |
| Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos | 22 | 6 |
| Total | 234 | 266 |
| | | |
| Custo | (95) | (122) |
| Despesas | (139) | (144) |
| Total | (234) | (266) |

a) Serviços de Terceiros

| | 2021 | 2020 |
|---|------------|------------|
| Manutenção/Conservação de Móveis e Utensílios | 34 | 62 |
| Auditoria Externa | 38 | 38 |
| Publicações Legais | 29 | 12 |
| Tecnologia da Informação | 6 | 18 |
| Outros | 4 | 3 |
| Total | 111 | 133 |

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Renda de Aplicação no Mercado Financeiro | 1.511 | 1.121 |
| Total das Receitas Financeiras | 1.511 | 1.121 |
| | | |
| Despesas Financeiras | | |
| Juros Passivo de Arrendamento | (19) | (15) |
| Outras despesas financeiras | (100) | (3) |
| Total das Despesas Financeiras | (119) | (18) |
| Resultado Financeiro | 1.392 | 1.103 |

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

| | 2021 | |
|--|---------------|---------------------|
| | Imposto Renda | Contribuição Social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Serviços prestados | 159.656 | 159.656 |
| Percentual de Presunção | 32% | 32% |
| | 51.090 | 51.090 |
| Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras | 1.777 | 1.777 |
| Base de Cálculo - Lucro Presumido | 52.867 | 52.867 |
| Alíquota | 15% | 9% |
| IR e CS – Lucro Presumido | 7.930 | 4.758 |
| Adicional 10% valor superior a R\$240 | 5.263 | - |
| IR e CS - Lucro Presumido | 13.193 | 4.758 |
| Rendas Aplicadas não resgatadas (realização) | (265) | (265) |
| Alíquota | 25% | 9% |
| IR e CS Diferidos | (66) | (24) |
| Corrente | 13.193 | 4.758 |
| Diferido | (66) | (24) |

| | 2020 | |
|--|---------------|---------------------|
| | Imposto Renda | Contribuição Social |
| LUCRO PRESUMIDO | | |
| Serviços prestados | 67.626 | 67.626 |
| Percentual de Presunção | 32% | 32% |
| | 21.640 | 21.640 |
| Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação | 789 | 789 |
| Base de Cálculo - Lucro Presumido | 22.429 | 22.429 |
| Alíquota | 15% | 9% |
| IR e CS – Lucro Presumido | 3.364 | 2.019 |
| Adicional 10% valor superior a R\$240 | 2.219 | - |
| | 5.583 | 2.019 |
| Rendas não resgatadas | 331 | 331 |
| Alíquota | 25% | 9% |
| IR e CS Diferidos | 83 | 30 |
| IR e CS - Lucro Presumido | 5.666 | 2.049 |
| Corrente | 5.583 | 2.019 |
| Diferido | 83 | 30 |

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | RECEITA | | DESPESA | |
|--|------------|------------|------------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | Jan a Dez/2021 | Jan a Dez/2020 | Jan a Dez/2021 | Jan a Dez/2020 |
| Cemig Geração e Transmissão Circulante | | | | | | | | |
| Convênio de compartilhamento (1) | - | - | 18 | 18 | - | - | (55) | (107) |
| Dividendos | - | - | - | 28.128 | - | - | - | - |
| FIC Pampulha Circulante | | | | | | | | |
| Equivalentes de Caixa | 281 | 1.565 | - | - | - | - | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | 5.926 | 30.637 | - | - | 239 | 484 | - | - |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 1.219 | 6.889 | - | - | - | - | - | - |

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,33% em 31 de dezembro de 2021 (0,90% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|------|------|
| Remuneração | 50 | 36 |
| Participação nos resultados | 7 | 11 |
| Total | 57 | 47 |

* A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

| | Nível | 2021 | | 2020 | |
|--|-------|----------------|--------------|----------------|---------------|
| | | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Ativos | | | | | |
| Custo amortizado (1) | | | | | |
| Clientes | 2 | 335 | 335 | 5.735 | 5.735 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 2 | 3.750 | 3.750 | 10.947 | 10.947 |
| | | <u>4.085</u> | <u>4.085</u> | <u>16.682</u> | <u>16.682</u> |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras | 2 | 385 | 385 | 15.718 | 15.718 |
| Títulos e Valores Mobiliários | | | | | |
| Certificados de Depósitos Bancários – CDB | | 347 | 347 | 4.979 | 4.979 |
| Letras Financeiras Bancos - LFs | 2 | 2.432 | 2.432 | 14.928 | 14.928 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 1 | 616 | 616 | 6.672 | 6.672 |
| | | <u>3.780</u> | <u>3.780</u> | <u>42.297</u> | <u>42.297</u> |
| | | <u>7.865</u> | <u>7.865</u> | <u>58.979</u> | <u>58.979</u> |
| Passivos | | | | | |
| Custo amortizado (1) | | | | | |
| Fornecedores | 2 | (36) | (36) | (45) | (45) |
| Passivo de Arrendamento | 2 | (163) | (163) | (149) | (149) |
| | | <u>(199)</u> | <u>(199)</u> | <u>(194)</u> | <u>(194)</u> |

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|-------------------------|-----------|----------------|--------------------|---------------|----------------|------------|
| Pré-fixadas | | | | | | |
| Passivo de Arrendamento | 2 | 4 | 13 | 78 | 389 | 486 |
| Fornecedores | 36 | - | - | - | - | 36 |
| TOTAL | 38 | 4 | 13 | 78 | 389 | 522 |

* * * * *

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
CRC-SP1 242451/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

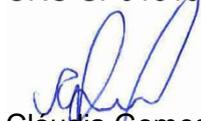
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Frederico Amaral e Silva

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

**Demonstrações Financeiras 2021 - ESCEE**

CHAVE: D651082EC7A25D6B042D665D041FA25F4A253B2897D4ADBDE4D63E913553A8D

 Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

Assinaturas

Dimas Costa

dcosta@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 15:04:56 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9296658, -43.9506535

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 18:04 UTC



BRy

253.***.***-91
Dimas Costa

Marcus Vinícius de Castro Lobato

marcusv@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 14:21:18 (BRT)

IP: 179.84.43.208

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 17:17 UTC



BRy

864.***.***-00
Marcus Vinícius de Castro Lobato

Leonardo George de Magalhães

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 13:48:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 16:48 UTC



BRy

617.***.***-20
Leonardo George de Magalhães

Mário Lúcio braga

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:52 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293499, -43.9505265

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 15:25 UTC



BRy

469.***.***-53
Mário Lúcio braga

José Guilherme Grigolli Martins

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:55:45 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica
19/05/2022 14:55 UTC



BRy

296.***.***-77
José Guilherme Grigolli Martins

Eventos da coleta

| | |
|-----------|---------------------------|
| Criação | 19/05/2022 11:12:40 (BRT) |
| Conclusão | 19/05/2022 15:04:56 (BRT) |